

Atitudes de Jesus diante das tentações: paradigma moral e espiritual em tempos de crise

Jesus' attitudes towards temptations: a moral and spiritual paradigm in times of crisis

*Tiago de Fraga Gomes

**Leandro Pletsch Rodrigues

Resumo

A presente pesquisa desenvolve-se a partir de uma abordagem teórico-bibliográfica, tendo como objeto as narrativas evangélicas sinóticas (Mt 4,1-11; Lc 4,1-13; Mc 1,12-13). O problema de pesquisa centra-se em compreender como as respostas de Jesus às tentações no deserto podem servir como modelo moral e espiritual para a humanidade contemporânea, especialmente em contextos de crise, nos quais os valores éticos e a estabilidade emocional estão ameaçados. A hipótese formulada propõe que as atitudes de Jesus configuram um paradigma de resistência fundamentado na obediência à vontade divina e no autodomínio, que promove uma liberdade interior capaz de sustentar a vida espiritual madura e equilibrada diante das adversidades. Os objetivos da investigação são, primeiramente, analisar o comportamento de Jesus diante de três tentações – satisfação imediata, busca pelo poder e autossuficiência –, evidenciando a centralidade da confiança na Palavra de Deus e na relação filial com o Pai; em segundo lugar, busca-se refletir sobre a atualidade desse paradigma moral e espiritual para o enfrentamento das crises contemporâneas, especialmente no que concerne à tentação do relativismo ético e à busca por soluções rápidas e superficiais. A pesquisa também almeja destacar a importância do sofrimento e da provação como elementos formativos do caráter humano, ressaltando que a resistência às tentações não consiste em rejeição dos bens ou da vida, mas em um exercício contínuo de discernimento e equilíbrio fundamentado na graça divina. Parte-se da premissa que o exemplo de Jesus no deserto permanece um guia para o cristão contemporâneo, pois indica que a superação das tentações e a construção do caráter moral são processos que envolvem abertura à graça, prática espiritual constante e autodomínio.

Palavras-chave: Tentações.

Jesus. Deserto. Autodomínio.

Abstract

This research is developed from a theoretical-bibliographical approach, having as its object the synoptic gospel narratives (Mt 4,1-11; Lc 4,1-13; Mc 1,12-13). The research problem focuses on understanding how Jesus' responses to the temptations in the desert can serve as a moral and spiritual model for contemporary humanity, especially in contexts of crisis, in which ethical values and emotional stability are threatened. The hypothesis formulated proposes that Jesus' attitudes configure a paradigm of resistance based on obedience to the divine will and self-control, which promotes an inner freedom capable of sustaining a mature and balanced spiritual life in the face of adversity. The objectives of the research are, firstly, to analyze Jesus' behavior in the face of three temptations – immediate gratification, the search for power and self-sufficiency –, highlighting the centrality of trust in the Word of God and in the filial relationship with the Father; Secondly, it seeks to reflect on the relevance of this moral and spiritual paradigm for facing contemporary crises, especially with regard to the temptation of ethical relativism and the search for quick and superficial solutions. The research also aims to highlight the importance of suffering and trials as formative elements of human character, emphasizing that resistance to temptations does not consist of rejecting possessions or life, but in a continuous exercise of discernment and balance based on divine grace. It is based on the premise that Jesus' example in the desert remains a guide for contemporary Christians, as it indicates that overcoming temptations and building moral character are processes that involve openness to grace, constant spiritual practice and self-control.

Keywords: Temptations. Jesus.

Desert. Self-control.

*Pós-Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com estágio pela Ruhr-Universität Bochum (RUB, Alemanha). Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
**Doutorado em Teologia Bíblica AT pela PUC-PR. Mestrado em Teologia Bíblica NT pela PUC-PR

Texto enviado em:

19.06.2025

Aprovado em:

28.08.2025



Introdução

A presente pesquisa, seguindo uma metodologia teórico-bibliográfica, parte da narrativa dos Evangelhos sinóticos (Mt 4,1-11; Lc 4,1-13; Mc 1,12-13) a fim de abordar as atitudes de Jesus diante das tentações como paradigma moral e espiritual relevante em tempos de crise, quando os valores éticos e a estabilidade emocional são postos à prova. Jesus, ao enfrentar as tentações que apelavam para a satisfação imediata, o poder e a autossuficiência, revela uma postura fundamentada na obediência à vontade do Pai e na confiança plena na Palavra de Deus, que sustenta e orienta sua missão. Este paradigma apresenta a importância do autodomínio como expressão concreta da liberdade interior, característica da vida espiritual madura. Jesus não cede às investidas do tentador porque está ancorado em uma relação profunda e viva com o Pai, demonstrando que o verdadeiro poder não está na capacidade de satisfazer impulsos ou exercer domínio sobre o mundo, mas na capacidade de submeter-se à sabedoria divina. Tal atitude torna-se especialmente necessária em contextos de crise moral, quando a confusão e a instabilidade podem induzir ao relativismo e à busca desenfreada por soluções imediatas, que nem sempre conduzem ao bem.

O comportamento de Jesus frente à tentação evidencia a dimensão formativa do sofrimento e da provação na construção do caráter humano. A resistência a impulsos que poderiam ser aparentemente legítimos, como a fome ou o poder, não implica rejeição da vida ou dos bens criados, mas um exercício contínuo de discernimento e equilíbrio. Em tempos de crise, esse discernimento é vital para evitar respostas impulsivas que agravam os conflitos e afastam da comunhão com Deus e com o próximo. Nesse sentido, as atitudes de Jesus revelam que a superação das tentações não é alcançada por força própria, mas pela abertura à graça divina e pela prática da oração e da meditação na Palavra. Esse paradigma convida a reconhecer que, em meio às dificuldades e provações da vida, a verdadeira força provém da intimidade com Deus, que sustenta a pessoa humana e lhe concede a perseverança necessária para vencer o mal. A experiência de Cristo no deserto permanece atual e instrutiva, oferecendo ao cristão contemporâneo um caminho de esperança e transformação em meio às crises morais e espirituais que marcam a existência humana.

Em tempos de crise moral, a palavra tentação”, entendida como o impulso para a prática de algo censurável ou como um desejo veemente ou provocação (FERREIRA, 2001, p. 667), ressurge como um conceito provocativo. A linguagem corrente muitas vezes banaliza a tentação, reduzindo-a a uma experiência subjetiva de escolha entre certo e errado, desvinculada de sua densidade espiritual e antropológica. As Escrituras judaico-cristãs insistem em uma compreensão mais profunda e existencial do fenômeno. O Evangelho de Mateus (4,1-11) relata que Jesus foi conduzido ao deserto pelo Espírito para ser tentado pelo Diabo. Esse episódio, longe de ser uma simples provação moral, revela-se um momento decisivo de confronto entre a fidelidade ao Pai e as seduções do poder, do prestígio e da autossuficiência. A recusa de Jesus em fazer a vontade do Diabo, como afirma Reed, representa não apenas uma rejeição ao mal, mas a firme adesão ao propósito divino (REED, 2006, p. 47). O deserto, na tradição bíblica, é o lugar da purificação e do encontro com Deus, mas também o espaço simbólico do embate com as forças adversas. O fato de Jesus, Verbo encarnado, passar por esse processo revela sua solidariedade com a condição humana. Como se lê na Carta aos Hebreus, não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, mas sim alguém que, como nós, foi tentado em tudo, exceto no pecado (Hb 4,15). Essa afirmação, comentada por Wiersbe, revela que a tentação de Jesus não foi fictícia ou meramente simbólica, mas real e intensa, o que torna sua vitória ainda mais significativa (2007, p. 375).

A experiência da tentação, quando confrontada com a figura de Cristo, adquire uma dimensão soteriológica. Jesus não apenas vence a tentação em favor de si mesmo, mas inaugura, em sua obediência, um novo caminho para a humanidade. A fidelidade de Cristo no deserto prefigura sua obediência até a cruz. A renúncia às propostas do Tentador não pode ser compreendida isoladamente, mas como expressão antecipada de sua entrega total ao Pai. Nesse sentido, a tentação no deserto é um prelúdio da Paixão, e o desfecho daquele episódio já anuncia a lógica pascal: a vitória vem pela fidelidade que se consuma no amor crucificado. Refletir sobre a tentação de Cristo, especialmente em tempos marcados por relativismos morais e crises de sentido, é também redescobrir o chamado à fidelidade. O discípulo de Jesus é aquele que, na força do Espírito Santo, aprende a discernir as propostas que se apresentam não apenas como escolhas éticas, mas como desafios à própria identidade filial. A

tentação, longe de ser apenas um tropeço no caminho da virtude, é ocasião de revelação: nela se manifesta quem somos e em quem confiamos. O Cristo tentado e vitorioso é o paradigma do ser humano renovado, capaz de resistir não pela força própria, mas pela graça que nele habita.

A pergunta sobre como Jesus pode ser tentado permanece central para a teologia cristã, sobretudo na medida em que se reconhece a plena divindade e plena humanidade do Verbo encarnado. Ao admitir a realidade da tentação na vida de Cristo, não se está diminuindo sua natureza divina, mas afirmando, com base nas Escrituras, a radicalidade de sua encarnação. Isso implica uma inserção concreta de Jesus na condição humana, experimentando, de forma verdadeira, as pressões, ambiguidades e conflitos que marcam a existência. A tentação de Jesus não se dá nos mesmos moldes das situações corriqueiras que envolvem traição, corrupção ou irresponsabilidade financeira. Não se trata de meras correspondências externas. A questão é mais profunda: trata-se da raiz espiritual que alimenta essas escolhas humanas - o desejo desordenado por prazer, poder e posse. As propostas do tentador no deserto (Mt 4,1-11) visam precisamente esses três âmbitos fundamentais da experiência humana. Transformar pedras em pão fala à fome e ao prazer imediato. Lançar-se do pináculo do templo à vista de todos, esperando o amparo miraculoso dos anjos, alude ao prestígio, à vanglória, ao desejo de domínio simbólico. E a oferta dos reinos do mundo em troca de adoração manifesta o apelo sedutor do poder absoluto.

Jesus enfrenta essas tentações em estado de vulnerabilidade: após jejuar quarenta dias, está faminto, fisicamente exausto, mas espiritualmente atento. Sua resposta ao tentador parte da escuta e fidelidade à Palavra de Deus. Jesus responde com a Escritura, manifestando que o centro da sua identidade e missão não é o benefício próprio, mas a obediência ao Pai. Como observa a tradição patrística, a vitória de Cristo sobre o Diabo no deserto é já uma antecipação de sua vitória definitiva na cruz. A tentação, nesse sentido, é lugar teológico: é nela que se revela o tipo de messianismo que Jesus assume - não o que manipula o divino para fins humanos, mas aquele que se entrega confiantemente ao projeto do Pai, mesmo passando pela dor e pela cruz. A maneira como Jesus enfrenta a tentação oferece um paradigma moral e espiritual: Jesus vence porque permanece em comunhão com o Pai. Essa comunhão é o que sustenta sua resistência. Do mesmo modo, o ser humano não é chamado a vencer por

si mesmo, mas a permanecer unido à fonte da graça. Diante das seduções modernas - muitas das quais continuam a girar em torno do prazer imediato, do poder manipulador e da posse ilimitada -, a vida de Cristo oferece não só um exemplo, mas uma via de libertação. A tentação não precisa ser compreendida apenas como risco de queda, mas como ocasião de discernimento e reafirmação da identidade de filhos e filhas de Deus. Seguir o Cristo tentado e fiel significa aprender a desejar o que Ele desejou: não o pão fácil, nem a glória fugaz, nem o domínio sobre os outros, mas a vontade do Pai, que é fonte de vida plena. No caminho de superação das tentações do prazer, do poder e da posse, não há promessas de imunidade ao mal, mas há a certeza de que, na comunhão com Deus, é possível resistir, crescer e permanecer.

Tentação do Prazer

A busca pelo prazer, além de ser uma inclinação natural, é uma das experiências mais universais e constantes na trajetória humana. Em tempos recentes, a ciência tem oferecido contribuições importantes para a compreensão dos mecanismos neurofisiológicos que operam na base dessa busca. A neuroestética, por exemplo, investiga como estímulos visuais e sensoriais desencadeiam reações de prazer no cérebro humano. Samir Zeki, professor da Universidade de Londres, afirma que certos estímulos - como uma paisagem, uma música ou um corpo - ativam regiões cerebrais associadas à emoção e ao prazer, especialmente pela liberação de dopamina, neurotransmissor que regula a sensação de recompensa e satisfação (BBC BRASIL, 2025). Trata-se, portanto, de um processo natural e mensurável, que integra a estrutura do ser humano.

No entanto, se por um lado a ciência explica como o prazer funciona, por outro, a teologia se debruça sobre o sentido dessa experiência. A Sagrada Escritura não ignora a realidade do prazer. No Gênesis, o próprio Deus contempla a criação e a declara boa e agradável. O prazer, nesse sentido, é parte da obra criadora e não um mal em si. Todavia, após a queda, a busca pelo prazer se desordenou. O desejo humano, distorcido pelo pecado, passou a orientar-se muitas vezes de modo egoísta e autossuficiente. A tradição cristã compreende que o prazer, separado de sua finalidade última - a comunhão com Deus -, torna-se facilmente idolatria. O Catecismo da Igreja Católica afirma que “os prazeres sensíveis, por si mesmos, são bons e conformes à natureza” (n.

1767), mas adverte que “é necessário moderar os apetites sensíveis mediante a virtude da temperança” (n. 1809).

Essa tensão entre desejo legítimo e desordem moral está no centro de muitas reflexões éticas cristãs. A experiência do prazer, embora biologicamente mediada pela dopamina, não se esgota na explicação científica. Ela remete a uma dimensão mais profunda da existência, onde o ser humano busca, por meio de bens sensíveis, uma felicidade que é, no fundo, espiritual. A tradição agostiniana já percebia que “nosso coração está inquieto enquanto não repousa em Ti”, reconhecendo que a multiplicidade de prazeres terrenos aponta para um desejo maior e transcendente, de comunhão com Deus. A tentação, nesse contexto, pode ser compreendida como uma distorção do impulso legítimo por prazer. O Diabo não apresenta o mal em sua forma bruta, mas sob a aparência do bem desejável. Jesus, ao ser tentado no deserto, foi instigado a satisfazer necessidades legítimas - como a fome - por meios distorcidos. Sua recusa em transformar pedras em pão não nega o valor do alimento, mas afirma que nem só de pão vive o ser humano, mas de toda Palavra que procede da boca de Deus (Mt 4,4). Nessa resposta está o princípio de toda ética cristã do prazer: o prazer é legítimo quando ordenado ao bem maior, e perigoso quando absolutizado.

A ciência do prazer, ao elucidar os caminhos neurológicos da recompensa, oferece ao pensamento teológico elementos úteis para dialogar com a cultura contemporânea. Mas somente uma antropologia integral, que reconheça o ser humano como unidade de corpo e espírito, é capaz de situar o prazer em seu verdadeiro lugar. O cristianismo não propõe uma moral da repressão, mas um caminho de integração, no qual o prazer sensível pode ser vivido como sinal do Criador, desde que submetido à verdade do amor e da liberdade. Afinal, como recorda São Paulo, tudo nos é permitido, mas nem tudo nos convém (1Cor 6,12). O discernimento sobre os prazeres, iluminado pela fé, torna-se assim um exercício constante de liberdade orientada para o bem. A experiência do prazer, em suas múltiplas manifestações, revela-se como uma dimensão constitutiva da existência humana. Certos prazeres são universais, ligados à sobrevivência e à perpetuação da vida, como alimentar-se, saciar a sede e manter relações sexuais. Outros, porém, são aprendidos ao longo da vida, sendo moldados por fatores culturais, familiares e subjetivos. O gosto pelo doce, o apego à família, a valorização da cultura e a curiosidade pelo saber são exemplos de prazeres que emergem por influência do meio e pela formação de hábitos. Ainda há os

prazeres que surgem da repetição e da convivência: o que se experimenta com frequência tende a se tornar fonte de satisfação. Linden observa que o ambiente e a repetição de certos estímulos podem transformar práticas neutras ou até desagradáveis em fontes de prazer, fenômeno mediado pela ação da dopamina, neurotransmissor essencial na regulação da sensação de recompensa (2011, p. 32).

A teologia cristã, ao refletir sobre essa realidade, reconhece que o prazer não é um mal em si, mas uma expressão legítima da condição humana, criada por Deus. No relato da criação, Deus contempla o que fez e vê que tudo é muito bom (Gn 1,31), o que inclui o corpo humano e suas capacidades sensoriais. No entanto, após a queda, o prazer tornou-se uma realidade ambígua: se por um lado aponta para o Criador, por outro, pode ser instrumentalizado pelo pecado. O desvio do prazer ocorre quando ele é buscado como fim último, isolado de sua referência ao bem maior, que é Deus. A moral cristã não nega o prazer, mas propõe seu ordenamento, sobretudo pela virtude da temperança, que busca o equilíbrio no uso dos bens criados. A partir dessa compreensão, os prazeres adquiridos por repetição e condicionamento cultural exigem discernimento ético-espiritual. A plasticidade do cérebro humano, capaz de transformar hábitos recorrentes em fontes de prazer, explica tanto o desenvolvimento de virtudes quanto a instauração de vícios. A repetição de atos bons, motivados por intenções retas, forma o caráter e conduz à maturidade moral. Por outro lado, a repetição de comportamentos desordenados, mesmo que prazerosos, pode gerar dependência e alienação. A doutrina cristã reconhece que certos vícios não são apenas falhas morais isoladas, mas estados enraizados na alma e no corpo, exigindo processo de cura e conversão.

O risco do prazer desvinculado da verdade reside na sua capacidade de escravizar. Jesus mesmo advertiu que todo aquele que comete pecado é escravo do pecado (Jo 8,34). O vício, enquanto deformação do desejo, revela essa escravidão moderna - muitas vezes alimentada por estímulos contínuos e pela ausência de referências transcendentais. A dopamina, nesse contexto, se converte em uma via bioquímica que, sem freios morais e espirituais, pode levar ao colapso do equilíbrio interior. A graça, portanto, não anula a natureza, mas a redime e eleva. O cristianismo propõe um caminho de integração, em que os desejos são purificados pelo amor a Deus e ao próximo (Mt 22,37-39), e os prazeres são vividos como expressão da alegria de existir em comunhão.

Por isso, compreender os mecanismos do prazer e sua dimensão cultural não é suficiente. É preciso inseri-los numa antropologia cristã que reconheça os desejos sem idolatrá-los e ordene as inclinações afetivas à luz da verdade revelada. A liberdade cristã não consiste em satisfazer todos os impulsos, mas em escolher o bem maior, mesmo diante de prazeres imediatos. Nesse horizonte, os prazeres, longe de serem combatidos como inimigos da alma, podem tornar-se sinais da bondade divina quando vividos com gratidão, equilíbrio e finalidade.

A experiência do prazer, embora multifacetada e diversificada, obedece a dinâmicas cerebrais comuns. Kringelbach, neurocientista das Universidades de Aarhus e Oxford, adverte que sensações emotivas não devem ser tomadas como guia absoluto da ação humana, pois, embora o prazer de ouvir música e o de comer sejam diferentes em conteúdo, os sinais elétricos ativados em regiões específicas do cérebro são os mesmos. Segundo Kringelbach, o prazer se desenvolve em três fases distintas: o desejo, que envolve antecipação e anseio; o gosto, ou seja, o desfrute do objeto prazeroso (como comida, sexo ou até drogas); e, por fim, a saciedade, estado de satisfação que encerra o ciclo (2010, p. 109). Em última instância, a função do prazer é incentivar a continuidade da interação com o objeto ou situação que o produz. Essa análise neurocientífica revela que o prazer é um processo estruturado que liga corpo, mente e comportamento, com uma lógica interna de busca, encontro e cessação. No entanto, do ponto de vista teológico, a questão não se esgota nos mecanismos cerebrais, por mais reveladores que sejam. A tradição cristã reconhece o prazer como um dado da criação, inscrito na natureza humana para o bem da pessoa. Todavia, como toda realidade criada, ele é ambíguo: pode ser caminho de crescimento e comunhão ou ocasião de desvio e fechamento em si mesmo. A moral cristã não condena o prazer, mas o submete a um juízo ético que o orienta para a verdade do bem. A estrutura descrita por Kringelbach - desejo, gosto e saciedade - pode ser reinterpretada à luz da teologia cristã como expressão do dinamismo do coração humano em sua busca por plenitude. O desejo pode ser compreendido não apenas como impulso instintivo, mas como sinal da incompletude essencial da criatura, chamada a sair de si em direção ao Outro. Agostinho compreendia o desejo como sede de infinito, e não como carência puramente sensorial. O gosto, ou o desfrute, remete à experiência concreta do bem, ainda que provisório e parcial. A saciedade, por sua vez, revela os

limites dos prazeres criados: nenhum deles é capaz de preencher plenamente o coração humano, o que conduz, inevitavelmente, à questão do sentido último.

Para Agostinho, o prazer está subordinado à ordenação do amor (*ordo amoris*). Em *De civitate Dei*, Agostinho afirma que o prazer é bom quando subordinado a Deus, mas se torna desordenado quando tomado como fim último da existência. Agostinho compreende o prazer, sobretudo o corporal, como uma realidade ambígua: pode acompanhar o bem moral, mas também pode afastar o ser humano de Deus quando procurado por si mesmo. Em *Confessiones*, Agostinho reconhece a atratividade do prazer sensível, mas enfatiza que somente em Deus encontra-se a verdadeira e plena alegria: “Fizeste-nos para Ti, e inquieto está o nosso coração enquanto não repousa em Ti” (*Conf. I,1,1*). Assim, a busca desregrada pelo prazer é uma expressão do desvio da vontade, marcada pelo pecado original. O prazer, portanto, deve ser ordenado pelo amor a Deus, que é o verdadeiro fim do ser humano.

Tomás de Aquino, por sua vez, oferece uma reflexão sistemática sobre o prazer no interior de sua síntese entre filosofia aristotélica e teologia cristã. Em *Summa Theologiae*, Tomás distingue entre prazeres sensíveis e prazeres espirituais, considerando que todos os prazeres têm valor na medida em que se ordenam ao fim último, que é Deus (*STh I-II, q.34*). Para Tomás, o prazer não é, por si, algo moralmente mau; pelo contrário, o prazer pode ser sinal da realização do bem. O prazer acompanha naturalmente a operação perfeita de uma potência, sobretudo quando essa operação realiza o bem conforme a razão. Assim, o prazer é bom quando decorre de uma ação virtuosa, pois a virtude leva à felicidade, e esta é acompanhada de prazer espiritual e até sensível. No entanto, quando o prazer é buscado como fim em si mesmo, desconectado da razão e da virtude, torna-se fonte de desordem moral. A crítica tomista ao hedonismo, portanto, não implica uma rejeição do prazer, mas uma reordenação do prazer à luz da razão iluminada pela fé. Na concepção de Tomás, o prazer espiritual é superior ao prazer corporal porque está mais próximo do bem absoluto, que é Deus. No entanto, o prazer sensível também pode ter lugar legítimo na vida moral, desde que vivido de maneira virtuosa.

Agostinho e Tomás de Aquino não demonizam o prazer, mas o integram na visão cristã do ser humano como criatura racional e aberta ao transcendente. O prazer não é fim, mas meio que, se bem ordenado, pode acompanhar a

realização do bem. Tanto Agostinho quanto Tomás reconhecem que o desejo humano, incluindo o desejo de prazer, encontra sua plenitude somente em Deus. Seguindo esse viés, a teologia moral cristã propõe a virtude da temperança como chave de leitura para o uso adequado dos prazeres. Ela regula o desejo, purifica o gosto e reorienta a saciedade para Deus. Nesse processo, o ser humano não nega sua sensibilidade, mas a integra num caminho de liberdade interior, na linha do que defende São Paulo de que somos chamados à liberdade, não para dar ocasião à carne, mas para servi-nos uns aos outros pela caridade (Gl 5,13). O prazer, assim compreendido, torna-se expressão de uma vida compartilhada, que sabe desfrutar dos bens terrenos sem se escravizar a eles.

Do ponto de vista biológico, o prazer cumpre uma função essencial à sobrevivência: é ele que estimula comportamentos fundamentais como a alimentação. Como observa Kringelbach, ao comer algo prazeroso, o ser humano tende a continuar até alcançar a saciedade. Esse ciclo natural não é apenas uma resposta instintiva, mas um mecanismo vital, pois alguém que perde a vontade de comer, seja por razões físicas ou emocionais, pode gradualmente adoecer e morrer por falência de órgãos (2010, p. 109). O prazer, portanto, atua como força motriz que preserva a vida. Essa mesma lógica, porém, também se aplica a comportamentos destrutivos. O uso de drogas, por exemplo, proporciona um prazer momentâneo que motiva sua repetição. Ainda que a substância cause danos físicos e psíquicos, o circuito cerebral de recompensa reforça a prática, conduzindo à dependência. Nesse caso, a continuidade da ação prazerosa, ao invés de promover a vida, precipita a morte. Kringelbach observa que tais situações demandam intervenção externa, uma vez que a razão, enfraquecida pela força das emoções e pela química cerebral, não é suficiente para romper o ciclo vicioso (2010, p. 109).

A teologia cristã reconhece que o prazer é uma realidade boa, criada por Deus para o bem da criatura. No entanto, como todas as potências humanas, ele pode ser desordenado. O pecado original não destruiu a natureza humana, mas a desarmonizou. Os apetites sensíveis, antes submetidos à razão iluminada pela graça, passaram a disputar o governo da alma. Daí decorre a necessidade de uma educação dos afetos, em que a liberdade humana, auxiliada pela graça, seja capaz de ordenar o prazer ao seu verdadeiro fim. A moral cristã não nega o prazer, mas o submete ao discernimento. O apóstolo Paulo, ciente da força dos desejos desordenados, exorta os fiéis a não serem à concupiscência (Rm 6,12).

Aqui, a razão iluminada pela fé não anula os impulsos afetivos, mas os orienta. O cristianismo propõe, por meio da virtude da temperança, uma integração equilibrada das dimensões do ser humano, reconhecendo que a afetividade e os prazeres sensíveis têm lugar legítimo na vida moral, desde que estejam ordenados ao bem.

Nos casos em que a razão não consegue mais exercer essa moderação - como nas dependências químicas -, a tradição cristã não responde com condenação moral, mas com um olhar de compaixão e esperança. A comunidade eclesial é chamada a ser instrumento dessa intervenção externa: um espaço de acolhimento, cuidado e restauração. O caminho da cura envolve não apenas apoio psicológico e médico, mas também um itinerário espiritual de reencontro com o sentido da vida. A doutrina cristã reconhece que a graça de Deus pode restaurar até as feridas mais profundas da liberdade humana. Em Cristo, o ser humano encontra não apenas um modelo de integração perfeita entre corpo e espírito, mas também uma fonte de graça capaz de sustentar o caminho de conversão. Assim, o prazer, longe de ser um obstáculo à vida espiritual, pode ser redimido e transformado em expressão concreta da alegria de viver segundo a vontade de Deus.

O prazer desempenha papel fundamental na busca pela vida plena, sendo uma dimensão intrínseca à condição humana desde seus primórdios. Durante a maior parte da história, a humanidade experimentou formas de prazer distintas das atuais; não havia televisão, internet, livros em larga escala ou cadeias de fast food como o McDonald's. Ainda assim, o ser humano encontrava alegria e vitalidade em coisas simples e ambientes naturais que compunham sua rotina diária. Esses prazeres antigos, enraizados em uma relação direta com o meio e com o outro, contribuíam para uma existência equilibrada e saudável. As transformações culturais e tecnológicas dos tempos modernos trouxeram novos desafios. A obesidade tornou-se uma epidemia em múltiplos continentes, sinalizando a hipersensibilização ao prazer alimentar e a um estilo de vida sedentário. Simultaneamente, crescem problemas visuais decorrentes do uso intenso de telas, assim como a solidão e a depressão, que paralisam a capacidade de encontrar prazer mesmo nas atividades mais simples. A rotina acelerada e mediada por estímulos artificiais parece romper com a experiência de um prazer integrado à saúde do corpo e da alma.

Além dos efeitos físicos e emocionais, há também consequências éticas e sociais da busca desenfreada pelo prazer imediato. A cultura contemporânea apresenta uma escalada de vingança e ressentimento, seja em conflitos cotidianos no trânsito, seja nas redes sociais. As provocações geram reações emotivas muitas vezes desproporcionais, alimentando ciclos de ofensa e retaliação. Como observa Bloom, esse processo demonstra o lado obscuro do prazer. O mal gera um mal ainda pior, expansivo; as vezes, hediondo. O lado feio do prazer, mas, infelizmente possível e real da raça humana (2021, p. 197-199). Essa constatação revela que o prazer, quando desvinculado da razão e da ética, pode degenerar em instrumento de destruição e alienação. A crise contemporânea do prazer é também um convite à conversão pessoal e social. A recuperação do sentido pleno do prazer passa pela reconciliação com a natureza, a cultura e a alteridade. É urgente cultivar ambientes que promovam não apenas a satisfação momentânea, mas a saúde integral do ser humano. Isso implica combater a superficialidade, a impulsividade e a cultura do imediato, que favorecem o desprazer e a violência emocional.

O desafio contemporâneo é reencontrar, em meio às complexidades do mundo moderno, o equilíbrio entre o corpo e o espírito, entre o desejo e a razão, para que o prazer possa ser expressão da vida em sua plenitude, conforme a vontade do Criador. No episódio narrado em Mateus 4,3-4, Jesus enfrenta um desafio que contrapõe o controle à satisfação imediata do prazer. Embora alimentar-se não seja pecado e Cristo, enquanto verdadeiro Deus e verdadeiro homem, tivesse o poder de transformar as pedras em alimento, Jesus opta por resistir à tentação, valorizando o preparo interior que o jejum propiciava. Seu propósito naquele momento não era simplesmente saciar a fome, mas exercer domínio sobre o corpo e fortalecer o espírito por meio da abstinência. Essa escolha revela que, além da necessidade física, a sua divindade também é posta à prova, criando uma tensão que ultrapassa as experiências humanas ordinárias, mas que, não obstante, mantém uma aplicabilidade prática para a vida do crente (SCHIAVO, 2005, p. 134-136). Ao admitir a dupla natureza de Cristo, divina e humana, percebe-se que a tentação no deserto apresenta uma dimensão existencial profunda, que transcende a mera questão do desejo sensorial e se torna um paradigma para o combate espiritual do ser humano. A condição pecaminosa do ser humano impede que ele tenda espontaneamente ao bem; por isso, a luta contra os vícios e as tentações exige esforço consciente

e perseverante. Paulo, exemplo maior do cristão que busca imitar a Cristo (1Cor 11,1), reconhece essa dificuldade, ao afirmar que muitas vezes não faz o bem que quer, mas o mal que não quer (Rm 7,19-21). Tal diagnóstico sublinha a fragilidade da vontade humana quando desacompanhada da graça e da ação do Espírito Santo.

A batalha contra o pecado não é apenas passiva, esperando intervenção divina, mas envolve a cooperação humana consciente com a graça, uma “auxiliar” que sustenta e aprimora o processo de lapidação da personalidade e da liberdade (SILVA, 2000, p. 32-33). Assim, a tentação de Jesus no deserto funciona como um paradigma que ilumina o caminho do discípulo. A renúncia ao prazer imediato em favor de um bem maior, a obediência à vontade divina e a resistência constante aos apelos do egoísmo e da imediatividade são elementos fundamentais para a vida cristã. O jejum e a oração tornam-se, então, práticas espirituais que configuram o crente à liberdade do Espírito, capaz de superar a fraqueza humana e avançar na santidade, imitando aquele que venceu o mundo sem pecado. A primeira tentação de Cristo no deserto evoca inevitavelmente a memória dos quarenta anos em que o povo hebreu, no Êxodo, foi sustentado pelo milagre do Maná, o pão do céu, e pela água da rocha ferida por Moisés. Este episódio não é apenas um paralelo histórico, mas um profundo símbolo teológico que realça a singularidade da provação do Messias. Diferentemente do povo eleito, que dependia da providência divina manifestada através de sinais miraculosos, Jesus experimenta por quarenta dias a ausência total de sustento físico, enfrentando uma prova ainda mais severa. Tal privação voluntária, que poderia ter sido evitada mediante o uso do seu poder divino para chamar os anjos em seu auxílio ou para prover a si mesmo, evidencia uma decisão consciente e libertadora: a de assumir plenamente a condição humana, incluindo suas limitações e necessidades, e, ao mesmo tempo, mostrar que é possível resistir às exigências do corpo, mesmo aquelas que julgamos indispensáveis (GIOIA, 1969, p. 52).

Ao confrontar-se com a tentação, Cristo reabre a questão fundamental colocada a Adão: obedecer a Deus ou ceder aos próprios impulsos e desejos. Enquanto Adão sucumbiu à tentação de satisfazer o desejo desordenado, levando à ruptura da comunhão com Deus, Jesus, pela obediência e resistência, inaugura um caminho novo, de restauração e redenção. Assim, a primeira tentação não é apenas um teste de resistência física, mas um momento teológico que articula a

história da queda e da salvação, colocando Jesus como o novo Adão que rejeita o apego às necessidades imediatas em favor da fidelidade à vontade divina. Este episódio convida o cristão a refletir sobre as próprias tentações, especialmente aquelas ligadas à satisfação imediata dos apetites, e a reconhecer na atitude de Cristo o modelo de uma vida orientada pela confiança em Deus e pelo domínio racional dos impulsos. A capacidade de resistir à tentação, nesse sentido, não se apoia exclusivamente na força humana, mas na união com Deus, que sustenta o fiel na luta contra o pecado e suas seduções.

A resistência de Jesus à tentação de saciar sua fome imediata após muitos dias no deserto oferece um paradigma significativo para a vida cristã contemporânea, sobretudo no que tange ao controle dos desejos e paixões humanas. Se Cristo, em sua humanidade, suportou voluntariamente a privação física, nós também podemos e devemos exercer domínio sobre os impulsos que ameaçam desestruturar nossa existência. A palavra “equilíbrio” emerge, portanto, como chave fundamental para uma vida saudável e feliz. O equilíbrio não significa mera moderação quantitativa, mas um ajuste harmonioso entre os desejos, a razão e a vontade de Deus. A resposta de Jesus à tentação no deserto enfatiza justamente essa dimensão, pois nem só de pão vive o ser humano, mas, sobretudo, de toda Palavra que procede de Deus (Mt 4,4). Assim, a verdadeira vitória não reside na autossuficiência ou na satisfação imediata das necessidades corporais, mas na obediência e dependência do Pai, na escuta atenta à Palavra divina que orienta o caminho da vida plena. Essa obediência representa uma escolha equilibrada, fundamentada na sabedoria superior e na confiança em Deus, que transcende as demandas efêmeras do corpo (VELOSO, 2011, p. 62). A experiência de Jesus no deserto, para além de sua dimensão histórica e teológica, serve como guia prático para a luta cotidiana contra as tentações, lembrando que a felicidade duradoura está enraizada na fidelidade à Palavra de Deus e na entrega confiante ao Pai.

Tentação do Poder

Foucault observou que “onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas sabe-se quem o não possui” (2001, p. 137). Essa compreensão desloca o foco do poder como posse para o poder como prática, o

que implica reconhecer sua presença difusa e relacional. Em termos teológicos, essa abordagem permite uma crítica ao uso e ao abuso da autoridade tanto nas instituições religiosas quanto nas relações interpessoais dentro das comunidades de fé. O poder, quando não orientado pelo espírito de serviço e pela ética do Reinado de Deus, tende a perverter-se em dominação, silenciamento e injustiça. Le Bon destaca que a propaganda ideológica, impregnada de discursos inflamados, é capaz de transformar homens comuns em verdadeiros apóstolos de uma causa, dispostos a sacrificar seus próprios interesses, a felicidade e até a própria vida pelo triunfo daquilo em que acreditam (2013, p. 19). Tais convicções, ainda que possam conter absurdos ou contradições, permanecem imunes às críticas racionais imediatas, sendo frequentemente abaladas apenas pelo tempo e pela experiência histórica.

Cristo, modelo supremo de autoridade para os cristãos, recusou os caminhos da imposição e do privilégio. Sua encarnação é o esvaziamento do poder segundo os critérios seculares (Fl 2,6-8), e sua liderança é marcada pela obediência ao Pai e pelo serviço aos irmãos. Ao lavar os pés dos discípulos (Jo 13,13-14), Jesus reconfigura o exercício do poder, dando o exemplo aos seus discípulos do que cada um precisa fazer em favor de todos. A autoridade cristã não é autoafirmação, mas entrega; não é privilégio, mas responsabilidade. Nesse horizonte, a teologia precisa assumir a tarefa profética de discernir como o poder opera nas estruturas sociais e eclesiais, denunciando seus desvios e propondo alternativas coerentes com o Evangelho. A espiritualidade cristã, enraizada na cruz e na ressurreição, convida à conversão dos modelos de poder, substituindo a lógica da dominação pela do cuidado, da competição pela solidariedade e da imposição pelo diálogo.

O poder, enquanto condição relacional e dinâmica, é uma realidade inevitável da convivência humana, mas também uma das mais ambíguas e suscetíveis à corrupção moral. Em sua potencialidade, o poder poderia ser canal de justiça, instrumento de promoção humana e ferramenta eficaz para socorrer os mais vulneráveis. Contudo, a história revela que, muitas vezes, ao invés de promover o bem comum, o poder tem sido utilizado como meio de opressão e exploração. A conhecida máxima de Lord Acton - "O poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe absolutamente, de modo que os grandes homens são quase sempre homens maus" (Lord Acton *apud* LAURENCE, 1907) - expressa esse paradoxo. A constatação de que os grandes líderes podem ser

os mais suscetíveis à corrupção ética e espiritual, revela o risco do exercício da autoridade sem uma conduta temperada pela humildade e pelo serviço.

No campo teológico, a reflexão sobre o poder passa inevitavelmente pela figura de Jesus Cristo, que inverte as expectativas humanas ao exercer sua autoridade de forma radicalmente distinta dos padrões políticos e religiosos de sua época. Sua missão não foi marcada por privilégios nem por domínio sobre os outros, mas pela entrega de si mesmo. Ao rejeitar as tentações no deserto (Mt 4,1-11; Lc 4,1-13; Mc 1,12-13), Jesus recusou os caminhos do prestígio, do poder e da autossuficiência - tentativas de apropriação do poder divino em benefício próprio. Na cruz, seu maior ato de poder foi o esvaziamento, assumindo a forma de servo (Fl 2,6-7). A teologia cristã compreende o verdadeiro poder como doação e serviço, não como dominação. Essa perspectiva lança um juízo severo sobre os sistemas e lideranças que se perpetuam pela manipulação, pela violência simbólica ou física, e pela concentração de autoridade.

A corrupção do poder não é apenas uma falha moral individual, mas frequentemente uma falência estrutural de comunidades que idolatram seus líderes e negligenciam a partilha de responsabilidades. Na tradição bíblica, os profetas constantemente denunciam os abusos dos reis e dos poderosos que se desviam da Aliança com Deus e oprimem o povo (Is 10,1-3; Jr 22,13-17). O poder precisa ser constantemente confrontado pela profecia, iluminado pela ética evangélica e submetido ao critério do amor e da justiça. À luz da teologia, a afirmação de Lord Acton não é apenas uma advertência sociopolítica, mas um convite à conversão interior e comunitária. O exercício do poder, inevitável em qualquer sociedade ou instituição, precisa ser regenerado à imagem do Cristo servo. A autoridade cristã legítima não nasce do prestígio, mas da fidelidade; não do controle, mas do cuidado; não da imposição, mas do testemunho. Em tempos de crises éticas e desconfiança institucional, a Igreja é chamada a dar sinais de um poder redimido: aquele que se manifesta na compaixão, na partilha e no compromisso incondicional com a verdade.

O fenômeno do poder, analisado sob a ótica da teologia, revela não apenas uma questão social ou política, mas uma realidade profundamente espiritual e antropológica. Quando exercido sem limites éticos e sem referência à alteridade, o poder pode tornar-se patológico. É o que apontaram David Owen e Jonathan Davidson ao proporem a existência da *síndrome de Húbris*, definida

como um transtorno psiquiátrico induzido pela exposição prolongada ao poder. Os sintomas descritos - perda de contato com a realidade, autoglorificação, soberba, presunção, preocupação com a imagem, discurso messiânico, autoconfiança excessiva e desprezo por conselhos - evidenciam não apenas um distúrbio psíquico, mas uma distorção espiritual (LIFE DN, 2025). A escolha do termo *Húbris* não é fortuita. Na cultura grega antiga, essa palavra designava o orgulho desmedido do herói que, ao tentar igualar-se aos deuses, acabava punido por sua arrogância. A teologia bíblica, embora com linguagem distinta, denuncia o mesmo movimento no coração humano. Desde a narrativa do pecado original, o desejo de *ser como Deus* (Gn 3,5) se manifesta como raiz de toda desordem. O problema do poder não reside apenas em sua posse, mas na ilusão de autossuficiência e invulnerabilidade que ele pode gerar. Por isso, a Escritura é insistente em alertar contra os perigos da exaltação de si, pois Deus resiste aos soberbos, mas dá graça aos humildes (Tg 4,6).

Na tradição cristã, a encarnação do Verbo é a mais radical subversão da lógica da *húbris*. Ao invés de apropriar-se de sua condição divina, Cristo se esvazia (Fl 2,6-8), assumindo a forma de servo e obedecendo até a morte. Esse *movimento kenótico* não é apenas exemplar, mas fundante: revela que o verdadeiro caminho de salvação e realização humana não está na autoglorificação, mas na humildade, no serviço e na entrega. O Cristo que se recusa a transformar pedras em pão, lançar-se do pináculo do templo ou submeter os reinos do mundo (Mt 4,1-11) é o mesmo que se ajoelha para lavar os pés dos discípulos (Jo 13,1-15). A autoridade do Filho se revela não pela imposição, mas pelo amor oblativo. Nesse sentido, a teologia cristã oferece um antídoto espiritual à *Síndrome de Húbris*: a vigilância constante do coração, o discernimento das intenções e a prática da obediência humilde à vontade de Deus. A Igreja, enquanto Corpo de Cristo, é chamada a discernir os sinais de *húbris* não apenas no mundo, mas também em sua própria estrutura, denunciando toda forma de autoritarismo, clericalismo ou triunfalismo que se disfarce de zelo pastoral. Como corpo que deve espelhar a cruz, não pode comportar-se como quem já reina despoticamente, mas como quem serve.

Redimir o poder é tarefa teológica urgente. Essa questão passa pela reflexão em favor do retorno à centralidade do Evangelho, para o qual “o maior” é “aquele que serve” (Lc 22,26). A narrativa da segunda tentação de Jesus (Mt 4,5-7) revela um confronto direto entre duas concepções de poder: a manipuladora

e espetaculosa, representada pelo tentador, e a obediente e discreta, assumida por Cristo. O convite do Diabo para que Jesus se lançasse do pináculo do templo sob a justificativa de que os anjos viriam socorrê-lo, conforme promessa do Salmo 91, é uma proposta de usar o poder divino para exibição pública, em nome de uma confirmação identitária. Trata-se de uma tentação quanto ao uso indevido do poder, de modo arbitrário, teatral e autoafirmativo. Jesus recusa-se a ceder à provocação. Sua resposta - “não tentarás o Senhor teu Deus” - denuncia a perversão escondida no desafio diabólico. O poder de Deus não é instrumento de ostentação, mas de serviço. A verdadeira filiação divina não necessita de prova espetacular, pois está fundamentada na obediência amorosa ao Pai. Conforme aponta Souza, Jesus se encarnou para ser “humano”. Jesus não precisaria provar a ninguém, nem a si mesmo, que é “Deus”, muito menos ao seu principal inimigo (2008, p. 81-82). A profundidade teológica desta tentação consiste em que Jesus, sendo plenamente Deus e plenamente homem, recusa-se a usar de sua condição divina em benefício próprio. O poder de Deus, mesmo estando à sua disposição, não é usado segundo os critérios humanos de glória ou dominação, mas segundo a lógica do Reinado de Deus, que é marcada pela humildade e pela entrega. Essa decisão de Cristo é expressão de sua perfeita obediência e liberdade interior.

Em tempos em que o poder religioso pode ser utilizado como mecanismo de controle, dominação ou espetáculo, a atitude de Jesus denuncia qualquer espiritualidade baseada na manipulação do sagrado. O poder não é fim em si mesmo, mas precisa estar subordinado ao amor e à verdade. A expectativa messiânica no tempo de Jesus estava profundamente enraizada em concepções políticas e nacionalistas. Muitos dos intérpretes contemporâneos das profecias messiânicas projetavam sobre o Messias a figura de um rei guerreiro, destinado a libertar Israel do domínio romano e restaurar a soberania política de Jerusalém. A opressão do Império Romano criava o ambiente ideal para que tais expectativas se intensificassem, alimentadas por interpretações literais e triunfalistas das Escrituras. Nesse contexto, a figura de Jesus, com sua autoridade moral, sabedoria incomum e poder de realizar milagres visíveis, passou a ser associada por muitos a esse ideal de líder revolucionário. Fillion observa que essa leitura messiânica ganhava força à medida que se tornava mais realizável o sonho de um comandante que restaurasse Israel com poder e glória visíveis (2008, p. 320-321). No entanto, Jesus frustra radicalmente essas expectativas. Jesus não

apenas rejeita o uso político do seu poder, como reinterpreta o próprio conceito de messianismo. Sua missão não visa instaurar um reino terreno por meio da força, mas inaugurar o Reinado de Deus mediante o amor, a verdade e a entrega total de si. Ao recusar-se a utilizar sua autoridade divina para servir a propósitos terrenos ou pessoais, Jesus se desvincula da figura do Messias militarista e se revela como o Servo Sofredor, fiel à vontade do Pai.

O testemunho de Jesus diante das interpretações equivocadas de sua missão messiânica é um chamado contínuo à Igreja para resistir à tentação de instrumentalizar o Evangelho. A tentativa humana de condicionar a ação divina à própria vontade é uma constante nos relatos bíblicos. Desde o episódio de Massá e Meribá, no deserto, os antigos israelitas desejaram que Deus interviesse segundo seus critérios e desejos, como se a fidelidade divina dependesse de manifestações espetaculares ou de comprovações sensíveis de sua presença (Ex 17,1-7). Esse comportamento revela uma espiritualidade imatura, que exige sinais visíveis como condição para a fé, substituindo a confiança obediente por um espírito de desafio. No Novo Testamento, os fariseus e saduceus, representantes da religiosidade formalista da época, repetem o mesmo padrão, pois queriam ver um sinal do céu para crerem em Jesus (Mt 16,1-4). Como observa Barclay, instigar que Cristo usasse seus poderes com cunho político ou direcionar as ações de Jesus, reflete uma tentativa de manipular a divindade, como se o humano pudesse determinar os tempos e modos de Deus (2004, p. 44-45).

A tentação de colocar Deus à prova, de testar sua vontade ou sua fidelidade, constitui uma inversão da fé autêntica. Em vez de nos submetermos ao senhorio divino com confiança, queremos um Deus que nos sirva. O exemplo de Cristo, que recusa sistematicamente as propostas de poder e glória humana desvinculadas da cruz, desmascara toda espiritualidade baseada em condicionamentos e interesses pessoais. A tentativa de forçar a divindade é, na verdade, uma forma disfarçada de incredulidade. Somente quem crê de fato é capaz de confiar, mesmo quando não há sinais visíveis ou quando o silêncio de Deus se prolonga. A maturidade espiritual é mensurada justamente pela capacidade de crer sem ver, de confiar sem controlar, de seguir sem exigir. O fascínio que o poder exerce sobre os seres humanos é um dado antropológico incontestável desde os primórdios da civilização. A história está repleta de exemplos em que reis, clérigos ou líderes detentores de autoridade incontestável perpetraram

crueldades (MARTINS, 2021, p. 81-82). Jesus denunciou duramente a perversão dos líderes religiosos de seu tempo que atavam fardos pesados e difíceis de suportar sobre os ombros dos outros (Mt 23,4). A autoridade que deveria ser serviço torna-se mecanismo de opressão. A proposta evangélica é a do serviço. O verdadeiro poder cristão se realiza na *kenosis*, no despojamento voluntário em favor do outro.

Tentação da Posse

O consumismo, intensificado especialmente no contexto urbano contemporâneo, revela não apenas uma desordem econômica, mas também uma crise antropológica. A lógica da comparação e da cobiça, como destaca André Bona (2025), produz um ciclo vicioso de aquisição sem contentamento, no qual o sujeito é movido não por uma necessidade real, mas por uma ânsia compulsiva de possuir o que o outro tem. Esta dinâmica, fundamentada no *desejo mimético* já identificado por René Girard (2005, 2008, 2012), compromete profundamente a liberdade interior do ser humano, tornando-o refém de impulsos que não consegue dominar. O diagnóstico clínico dessa compulsão é conhecido como *oneomania*. Trata-se de uma doença que se caracteriza pela necessidade irracional e repetida de consumir, provocando euforia momentânea, mas deixando um rastro de culpa, frustração e prejuízo. Entre os sinais identificáveis estão o acúmulo de dívidas, o arrependimento constante, a ocultação de gastos e a aquisição de itens desnecessários. Ainda que muitas vezes seja socialmente tolerada ou até incentivada por uma cultura mercantilista, a *oneomania* é um sinal claro de desordem afetiva e existencial, na qual o consumo substitui o sentido e a interioridade.

Essa realidade pode ser interpretada à luz da antropologia cristã, que reconhece no ser humano um desejo originário de plenitude, direcionado a Deus. Quando esse desejo é desviado para os bens materiais, em uma tentativa frustrada de preencher o vazio interior, dá-se o que Agostinho descreveu como inquietude do coração (*Conf.*, I,1). O consumo desenfreado é uma forma moderna de idolatria, na qual se projeta sobre o objeto adquirido a expectativa de felicidade e realização que só podem ser plenamente encontradas em Deus. O consumismo como patologia revela uma ferida no relacionamento com o próximo. A inveja e a comparação constante demonstram que o outro, ao invés de ser reconhecido como irmão, é visto como rival ou espelho competitivo. Essa

atitude rompe a lógica do amor evangélico, que convida à partilha, à sobriedade e à solidariedade. O apóstolo Paulo exorta a renovarmos nossa mentalidade, não nos conformando simplesmente aos padrões vigentes no mundo (Rm 12,2). A mente renovada pela graça não busca compensações externas para um vazio interior. Prescindir da lógica consumista exige vigilância, discernimento e ascese. A prática da sobriedade, o cultivo da gratidão e o desprendimento dos bens materiais são caminhos evangélicos que libertam o coração e restauram a paz interior. Ao advertir que a vida do ser humano não consiste simplesmente na abundância de bens que se possui (Lc 12,15), Jesus propõe um novo modelo de felicidade baseado na simplicidade do Reinado de Deus. Superar o consumismo não é apenas um desafio psicológico ou social, mas um itinerário espiritual de reconciliação com a verdade do ser e com a vocação à liberdade do ser humano em Cristo.

A herança, enquanto transmissão de bens de uma geração a outra, carrega implicações que vão além do campo jurídico ou econômico, tocando profundamente a estrutura moral e relacional da família. O aconselhamento de alguns juristas para que se faça a partilha de bens em vida parte do reconhecimento prático de que muitos conflitos familiares são deflagrados ou intensificados no momento da divisão dos haveres (EXAME, 2025). A disputa por heranças revela, com frequência, a fragilidade dos laços afetivos e o poder corrosivo que a ganância pode exercer nas relações humanas. O apóstolo Paulo já advertia que o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males (1Tm 6,10), sublinhando que o apego desordenado ao dinheiro pode levar à ruína moral. Quando o desejo por riqueza se sobrepõe à fraternidade e à justiça, instala-se um cenário de rivalidade, desconfiança e até violência. Nesse sentido, a ganância torna-se uma forma de idolatria, pois desloca o centro da vida para algo que deveria estar a serviço da pessoa, e não dominá-la. A experiência mostra que heranças recebidas sem o devido preparo ético e afetivo tendem a gerar mais prejuízos do que benefícios. Quando os bens são acumulados por uma geração e transferidos para outra sem o amadurecimento necessário, o risco é que os herdeiros, sem senso de responsabilidade, desperdicem recursos ou os utilizem para fins egoístas, conduzindo a falências financeiras e à ruína moral. Trata-se do que o Evangelho já denuncia como insensatez (Lc 12,20).

Jesus se recusou a ser árbitro de partilhas materiais (Lc 12,13-14). Em vez de assumir o papel de mediador de bens, Jesus aproveitou a ocasião para alertar

sobre o perigo da avareza e lembrar que a vida humana não se sustenta sobre a posse de riquezas, mas sobre a comunhão com Deus, pois a verdadeira herança que o cristão precisa buscar é a que não perece, guardada nos céus (1Pd 1,4). A missão de uma geração para com a outra é, antes de tudo, transmitir os valores do Evangelho, a fé, o senso de justiça e a solidariedade. A administração dos bens deve ser um reflexo dessa espiritualidade encarnada, que compreende os recursos como dons de Deus destinados ao bem comum e não como instrumentos de dominação ou motivo de contenda. Onde reina o Espírito de Deus, reina também o desapego, a generosidade e a paz. Portanto, pensar a partilha de bens com antecedência e sob a luz da fé é também um exercício de caridade e prudência. Prevenir litígios e proteger os vínculos familiares é um gesto de sabedoria cristã, pois reflete o cuidado com a comunhão e o testemunho evangélico da unidade. Afinal, como ensina o livro dos Provérbios, é melhor um prato de hortaliça onde há amor, que um boi cevado acompanhado de ódio (Pv 15,17). O desafio contemporâneo consiste em aprender a herdar e a transmitir não apenas riquezas, mas, sobretudo, a sabedoria do Evangelho que dá sentido à vida.

A lógica contemporânea de valorização do indivíduo baseada na posse material tem se mostrado um dos traços mais marcantes da cultura capitalista ocidental. Ser reconhecido e aceito passou a depender não do caráter, da virtude ou da retidão moral, mas daquilo que se possui ou aparenta possuir. O ser cede lugar ao ter. É necessário recuperar uma antropologia centrada na dignidade do ser humano criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26), cuja identidade não se fundamenta na posse, mas na filiação divina. A comunidade eclesial, como sinal do Reinado de Deus, deve resistir a essa lógica mercantilizante e afirmar, por palavras e ações, que a verdadeira felicidade nasce da comunhão com Deus, da justiça vivida e da caridade praticada. Assim, será possível reverter o paradigma do ter e redescobrir a plenitude do ser.

Fromm aponta que a cultura industrial moderna se orienta para a posse, para o acúmulo de bens, como se a identidade e o valor do ser humano dependessem do que ele possui e não do que ele é (1982, p. 81-88). Tal inversão antropológica empobrece a dignidade humana. Jesus, em seu ministério terreno, constantemente confrontou essa lógica, exortando a não julgar pelas aparências (Jo 7,24). Essa advertência revela a incompatibilidade entre o espírito do Evangelho e a idolatria da posse. No entanto, a sociedade

atual promove uma espécie de “sacramentalidade invertida”, onde os bens se tornam sinais de suposta bênção, valor ou prestígio, em contraste com os critérios do Reinado de Deus, onde os últimos serão os primeiros (Mt 20,16). A necessidade de aceitação, própria da condição humana, é explorada por sistemas de consumo que vendem não apenas produtos, mas pertencimento. Assim, possuir um carro, uma roupa de marca ou um bem tecnológico se torna meio de inclusão social. Contudo, tal “aceite” é frágil e passageiro, pois depende da constante manutenção de uma imagem e da capacidade de consumir mais. Os efeitos colaterais são evidentes: endividamento, ansiedade, frustração e, frequentemente, um vazio existencial. Há quem recorra à mentira, ao disfarce e até a patologias psíquicas para sustentar esse ideal ilusório de aceitação. O Evangelho convida à sobriedade, à simplicidade de vida e à busca por tesouros que não se corrompem (Mt 6,19-21).

No episódio narrado em Mateus 4,8-10, a terceira tentação de Jesus apresenta uma confrontação direta com a questão do poder e da adoração. O tentador oferece a Cristo todos os reinos do mundo e suas glórias, condicionado à sua submissão e adoração. Este convite não é meramente uma proposta de ganho terreno, mas uma insinuação à abdicação da soberania divina em favor de um poder usurpador, simbolizando a corrupção do culto verdadeiro. O diabo, ao se apresentar como senhor dos reinos, revela a falsa pretensão do poder mundano e sua oferta enganosa, que, embora aparente esplendor, implica em traição à verdade e à fidelidade a Deus. A resposta de Jesus, firme e inabalável, reafirma a centralidade da adoração exclusiva ao Deus soberano (Mt 4,10). Tal postura não apenas refuta a proposta de submissão ao mal, mas inaugura uma compreensão teológica fundamental, segundo a qual a verdadeira grandeza e o verdadeiro domínio pertencem unicamente a Deus. Bryan observa que Jesus não se rendeu e não realizou o desejo satânico, pelo contrário, o retrucou explicando que somente o soberano Deus merece adoração e que as coisas oferecidas não o fariam melhor. Jesus não passaria o comando ao inimigo (2020, p. 407-410). Esta passagem remete ao *Shemá* israelita (Dt 6,4-5), a confissão fundamental da unicidade de Deus e do seu direito exclusivo à adoração. Jesus, ao recusar a oferta diabólica, reafirma essa herança espiritual e inaugura uma ética de fidelidade radical que rejeita toda forma de idolatria, inclusive as disfarçadas sob o manto do poder político ou social.

A dimensão ética dos meios pelos quais se alcançam bens materiais é um tema que perpassa toda a tradição bíblica e se manifesta de maneira significativa nas tentações de Jesus descritas nos primeiros capítulos dos Evangelhos sinóticos. No contexto contemporâneo, como observa Gashute, a busca pelo dinheiro fácil muitas vezes ultrapassa os limites éticos, incorporando práticas ilícitas como o tráfico de drogas e até mesmo de pessoas. Tais ações desumanizam os envolvidos, rebaixando o valor intrínseco da pessoa e refletindo uma corrupção moral que contradiz a vocação à imagem e semelhança divina (2025, p. 74-75). As tentações de Cristo sintetizam a luta contra a ilusão de que os fins justificam os meios, uma postura que compromete a integridade moral do sujeito. Num mundo marcado pela cultura do imediatismo e do consumo, onde a desumanização se manifesta em diversas práticas antiéticas, a resistência proposta por Jesus no deserto chama à conversão da mentalidade conivente a toda posse que não respeite a dignidade humana e a ordem criada por Deus. A teologia cristã chama a atenção para a necessidade de reorientar os valores pessoais e sociais, promovendo uma cultura do ser que resista às seduções do ter. Este deslocamento implica não apenas um exercício de renúncia e autocontrole, mas uma profunda conversão do coração. É um convite para que os crentes vivam uma existência que não se apoie nas efêmeras posses, mas na estabilidade e na liberdade que provêm da confiança na providência divina e no amor ao próximo. A distinção entre ser e ter constitui um chamado existencial a uma vida plena e autêntica, capaz de resistir às ilusões do mundo e de refletir a glória do Deus criador em toda a sua humanidade.

É possível afirmar, de modo geral, que a experiência das tentações é uma realidade universal na vida humana. Cada indivíduo carrega consigo áreas vulneráveis onde o prazer, o poder e a posse, inicialmente concebidos para benefício do ser humano, podem se transformar em fonte de sofrimento quando mal direcionados. Essa dinâmica revela a condição corrompida da humanidade, na qual o que deveria servir para o bem acaba sendo utilizado para o mal, configura uma espécie de autossabotagem. As tentações do prazer, do poder e das posses aparecem como expressões concretas desse conflito interior e social. O prazer, quando desmedido, gera consequências dolorosas; o poder, ao invés de promover a justiça, frequentemente oprime e humilha; as posses, longe de trazerem conforto legítimo, alimentam dívidas, falsos valores e desigualdades.

Considerações Finais

As tentações de Jesus Cristo nos revelam, de modo contundente, que as áreas centrais das derrotas humanas se concentram em três grandes esferas: prazer, poder e posse. Essas dimensões, que em sua essência deveriam servir ao bem individual e coletivo, frequentemente se tornam fontes de desequilíbrio e ruína, não apenas para o sujeito individual, mas também para o contexto familiar e social. A experiência do Cristo tentado nessas áreas expressa a universalidade das fragilidades humanas, evidenciando que, mesmo em sua natureza divina e missão redentora, enfrentou os mesmos desafios que acometem a humanidade (SOUZA, 2008; WHITE, 2003). Na visão de Ellen White, o conflito entre Cristo e Satanás não é um evento isolado ou distante da experiência humana, mas se reproduz nos corações de cada pessoa (2003, p. 116). Para White, há uma luta espiritual constante e pessoal de todo ser humano contra as tentações. A resistência de Jesus às sedutoras sugestões do Maligno revela a dimensão do combate espiritual e oferece um paradigma moral para a humanidade. A superação das tentações é um tema central na teologia cristã, e Ellen White oferece uma perspectiva reconfortante e prática sobre esse desafio espiritual. Segundo White, há um remédio para toda espécie de tentação, e a luta contra o pecado não é travada apenas pelas forças humanas, mas conta com o auxílio da graça de Deus (1962, p. 86). Essa assistência divina garante que não seja preciso desanimar, pois Deus providencia amparo em nosso favor.

A vitória sobre as tentações não se reduz a um combate interno solitário, mas se fundamenta na comunhão com Cristo e na transformação contínua da mente e do coração. Essa transformação é facilitada pela escolha deliberada de alimentar o pensamento com aquilo que é digno e santo, fortalecendo o caráter e consolidando a fé. Em última análise, a promessa de ajuda divina e a orientação apostólica convergem para uma fórmula eficaz de resistência ao mal e crescimento espiritual, mostrando que a graça de Deus e a disciplina pessoal são os alicerces para uma vida vitoriosa em meio às provações. O prazer, legítimo em sua justa medida, pode facilmente transmutar-se em vício ou hedonismo desmedido, gerando consequências negativas para o corpo e para a alma. O poder, embora possa ser instrumento para a promoção da justiça e do bem comum, revela-se uma armadilha, pois tende a corromper e a provocar opressão. Já a posse, quando transforma bens e riquezas em fins últimos, gera um ciclo vicioso de ganância, ansiedade e exclusão social.

O convite à prática das pequenas vitórias diárias emerge como uma dimensão essencial da espiritualidade cristã que busca a transformação progressiva e sustentável do ser humano. Jesus Cristo, ao vencer as tentações, demonstra que é possível superar os desafios existenciais e morais que ameaçam o equilíbrio humano; por isso, também nós somos chamados a essa vitória cotidiana, embora gradual e perseverante (Gl 6,7-9). O cuidado com o ser não pode ser negligenciado, pois dele depende a capacidade de servir ao próximo e a Deus (BECK, 2017; BOOR, 2006). O exemplo de Jesus se constitui em um paradigma moral que inspira a prática das pequenas mudanças diárias que configuram a perseverança na via da santificação e do desenvolvimento de um caráter moldado conforme a vontade de Deus. Essas vitórias diárias simbolizam a resistência aos excessos e às tentações que corroem o ser humano e abrem espaço para uma existência mais plena, equilibrada e em sintonia com os desígnios divinos. As narrativas evangélicas sinóticas (Mt 4,1-11; Lc 4,1-13; Mc 1,12-13), enquanto se centram nas respostas de Jesus às tentações, são um chamado constante a empreender uma caminhada de fé perseverante que alia disciplina pessoal e confiança no auxílio da graça divina.

Referências

- AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Trad. J. Dias Pereira. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos; A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ANDRÉ BONA. Oneomania: entenda mais sobre a doença do consumismo. Disponível em: <https://andrebona.com.br/oneomania-entenda-mais-sobre-a-doenca-do-consumismo/>. Acesso em: 24 maio 2025.
- BARCLAY, W. *The Daily Study Bible: The Gospel of Matthew*. Edimburgo, Escócia: Saint Andrew Press, 2004.
- BBC BRASIL. O que a ciência sabe sobre o prazer. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160321_prazer_ciencia_fn. Acesso em: 24 maio 2025.
- BECK, Randy. God the judge and human justice. *Journal of Law and Religion: Center for the Study of Law and Religion at Emory University*, v. 32, n. 1, p. 33-39, 2017.
- BLOOM, Paul. *Como o prazer funciona: por que gostamos do que gostamos*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2021.
- BOOR, Werner de. *Cartas aos Efésios, Filipenses e Colossenses: Comentário Esperança*.

- Curitiba, PR: Editora Evangélica Esperança, 2006.
- BRYAN, D. The Centre of Luke's Temptation Narrative. *The Catholic Biblical Quarterly*, v. 82, n. 3, p. 407-423, 2020.
- EXAME. O mapa para evitar brigas por herança. Disponível em: <https://invest.exame.com/mf/o-mapa-para-evitar-brigas-por-heranca>. Acesso em: 24 maio 2025.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio Século XXI Escolar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FILLION, L. C. *Enciclopédia da Vida de Jesus*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2001.
- FROMM, Erich. *Ter ou ser? Uma introdução ao pensamento humanista*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- GASHUTE, Abyot S. An Examination of the Use of Old Testament Scriptures in the Temptation Narrative in Matthew 4:1–11. *ShahidiHub International Journal of Theology & Religious Studies*, v. 5, n. 1, p. 64-83, 2025.
- GIOIA, Egidio. *Notas e Comentários à Harmonia dos Evangelhos*. Rio de Janeiro: JUERP, 1969.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Trad. Martha Conceição Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GIRARD, René. *Coisas ocultas desde a fundação do mundo*. Trad. Martha Conceição Gambini. São Paulo: Paulus, 2005.
- GIRARD, René. *Mentira romântica e verdade romanesca*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: É Realizações, 2012.
- KRINGELBACH, Morten L.; BERRIDGE, Kent C. *Pleasures of the brain*. New York: Oxford University Press, 2010.
- LAURENCE, R. V. Power tends to corrupt, and absolute power corrupts absolutely in such manner that great men are almost always bad men. *Historical Essays and Studies*. London: Macmillan, 1907.
- LE BON, Gustave. *The Psychology of Revolution*. Auckland, New Zealand: The Floating Press, 2013.
- LIFE DN. Poder sobe mesmo à cabeça segundo as neurociências. Disponível em: <https://life.dn.pt/poder-sobe-mesmo-cabeça-segundo-as-neurociencias/comportamento/340080/>. Acesso em: 24 maio 2025.
- LINDEN, David J. *The compass of pleasure*. New York: Viking, 2011.
- MARTINS, Yves Gandra da Silva. *Uma breve teoria do poder*. 4. ed. São Luís, Maranhão: Livraria Resistência Cultural Editora, 2021.
- REED, Oscar F. (Org.). *Comentário Beacon*. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, v. 6, 2006.

- SCHIAVO, Luigi. A Apocalíptica Judaica e os Surgimentos da Cristologia de Exaltação na Narrativa da Tentação de Jesus (Q 4,1-13). *Oracula*, São Bernardo do Campo, v. 1, n. 1, p. 98-148, ago./set. 2005.
- SILVA, D. N. da. A propensão humana para o pecado e as tentações de Cristo. *Práxis Teológica*, v. 4, n. 1, jan./jun. 2000.
- SOUZA, Ronaldo Rodrigues (Ed.). *Comentário Bíblico de Matthew Henry: Mateus a João*. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, v. 5, 2008.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Trad. bilíngue (português/latim), v. I-IX. Joaquim Pereira; Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira (Orgs.). 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- VELOSO, Mario. *Mateus: contando a história do Rei Jesus: comentário bíblico homilético*. 2. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.
- WHITE, Ellen G. *Nossa Alta Vocaçãõ*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1962.
- WHITE, Ellen G. *O Desejado de todas as nações*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003.
- WIERSBE, Warren W. *Comentário Bíblico Expositivo*. Santo André, SP: Geográfica, v. 2, 2007.